



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 102/XIII/ 2.^a SL

Aos 17 dias do mês de maio de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 99/XIII/2.^a e 100/XIII/2.^a, relativas às reuniões de 9 e 10 de maio de 2017
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE, para audição do Ministro do Ambiente e do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sobre a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa
3. Apreciação e votação do parecer sobre o relatório “Portugal na União Europeia – 2016”
– Relator: Deputado António Costa Silva (PSD)
4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 741/XIII/2.^a (PSD) – Recomenda ao Governo que reponha acessos aos nós de Entradas Norte e Sul
5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 399/XIII/1.^a (PSD) – Recomenda ao Governo que adote medidas que assegurem a paragem de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármoreos (Estremoz, Borba e Vila Viçosa)
6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 685/XIII/2.^a (BE) – Recomenda ao Governo que interceda pela reposição da paragem dos comboios em S. Marcos da Serra
7. Apreciação e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 319/XIII/2.^a (BE) – Altera o Código da Estrada considerando como contraordenação grave a paragem e estacionamento em lugar reservado a veículos de pessoas com



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 102/XIII/ 2.^a SL

deficiência (alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio)

8. Apreciação e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 320/XIII/2.^a (BE) – Estabelece a obrigatoriedade de que as entidades públicas que dispõem de estacionamento para utentes assegurem estacionamento gratuito para pessoas com deficiência (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro)

9. Fixação de redações finais relativas aos seguintes projetos de resolução:

– n.º 719/XIII/2.^a (BE) – Recomenda ao Governo que interceda junto das autoridades espanholas para a reabertura urgente da estrada HU - 6400 no troço após a Ponte Internacional do Baixo Guadiana, no Pomarão, Mértola e 818/XIII/2.^a (PCP) – Recomenda ao Governo o acompanhamento do processo de reposição urgente da circulação na estrada de acesso a El Granado (Província de Huelva - Espanha), que faz a ligação a Portugal através da ponte sobre o Rio Chança junto à localidade de Pomarão, no Concelho de Mértola

– n.º 585/XIII/2.^a (BE) – Recomenda ao Governo a urgente requalificação da Fortaleza de Santa Catarina, Praia da Rocha

– n.º 542/XIII/2.^a (BE) – Preservação da memória e história do Forte de Peniche, 785/XIII/2.^a (PS) – Recomenda ao Governo a preservação, conservação e dignificação da Fortaleza de Peniche, e 790/XIII/2.^a (PCP) – Recuperação, requalificação e valorização do Forte de Peniche

– n.º 428/XIII/2.^a (PCP) – Recomenda ao Governo a assunção de compromissos quanto à calendarização da construção e qualificação da rede viária do distrito de Beja, em função das necessidades das populações e dos agentes económicos da região

10. Outros assuntos



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 102/XIII/ 2.^a SL

1. Apreciação e votação das atas n.º 99/XIII/2.^a e 100/XIII/2.^a, relativas às reuniões de 9 e 10 de maio de 2017

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente submeteu a votação as atas n.ºs 99/XIII/2.^a e 100/XIII/2.^a, relativas às reuniões de 9 e 10 de maio de 2017, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE, para audição do Ministro do Ambiente e do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sobre a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa

O Senhor Presidente começou por informar que o PCP tinha apresentado um requerimento sobre o mesmo tema, para ser discutido em conjunto com este, caso houvesse consenso. Não tendo havido oposição, deu de imediato a palavra ao Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), para apresentar o requerimento que subscrevia.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) lembrou que este requerimento tinha sido adiado da última reunião, por solicitação do PSD, e criticou essa atitude, porque pensava que o pedido de adiamento se devia à intenção de apresentação de um requerimento por parte do PSD, o que não se veio a verificar. Quanto ao requerimento, afirmou que a proposta do Governo tinha implicações do ponto de vista da mobilidade dentro da cidade e na articulação dos passageiros que utilizam as linhas radiais para entrar na cidade e considerou que esta proposta, tendo em consideração o investimento público que envolvia, deveria ser discutido na Assembleia da República, devendo-se conhecer os fundamentos do Governo para aceitar as propostas do Metropolitano de Lisboa e a posição da Câmara Municipal de Lisboa, que é um dos protagonistas do enunciado desta decisão. Lembrou o debate realizado no dia anterior na Assembleia Municipal de Lisboa sobre este assunto e argumentou que continuava a haver uma zona significativa da cidade de Lisboa, a zona ocidental, onde o Metropolitano de Lisboa não chegava. Concluiu afirmando que pretendia, assim, evitar que determinados erros metidos na construção da rede voltassem a ser cometidos e voltasse a haver desperdícios de investimento público.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 102/XIII/ 2.^a SL

De seguida, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o requerimento do PCP sobre a mesma matéria, tendo destacado a questão política e institucional, para além dos argumentos técnicos. Lembrou que havia um conjunto de entidades que legalmente deveria ter sido ouvido na tomada de decisão sobre estes investimentos, o que não aconteceu. Concluiu lembrando que o Metropolitano de Lisboa servia populações para além da de Lisboa, razão pela qual propunha a audição de outras entidades que tinham assento no Conselho Consultivo do Metropolitano de Lisboa, e expressando concordância com o requerimento apresentado pelo BE.

Usaram da palavra, para se pronunciarem sobre os requerimentos, os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD), para expressar concordância e lembrar que o PSD já tinha colocado, por escrito, questões semelhantes ao Ministro do Ambiente e que o Governo se tinha comprometido a ouvir os principais partidos sobre as obras estruturantes para o País e isso não tinha acontecido neste caso; e Luís Moreira Testa (PS), para concordar com os requerimentos e afirmar que o PS tinha interesse em contribuir para o debate que se faz tanto na Assembleia da República como nos municípios.

Tornaram ainda a intervir os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE) e Bruno Dias (PCP), em diálogo com o Senhor Presidente, com sugestões sobre a melhor forma de realizar estas audições em tempo útil e a proposta de realização em breve de uma reunião de Mesa e Coordenadores para tratar este tema.

Submetidos ambos os requerimentos a votação, foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

3. Apreciação e votação do parecer sobre o relatório “Portugal na União Europeia – 2016”

– Relator: Deputado António Costa Silva (PSD)

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) apresentou o parecer de forma detalhada.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 102/XIII/ 2.^a SL

Usou da palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), para considera que a elaboração deste tipo de pareceres não pode ser apenas uma leitura estatística de números, tem de evidenciar os principais constrangimentos da economia portuguesa em 2016, que resulta da inscrição de Portugal nas políticas monetárias e de financiamento da União Europeia. Considerou também que a desconformidade e desigualdade de tratamento que a UE tem vindo a impor ao país explica muitas das opções políticas que este Governo foi obrigado a tomar. Criticou o facto de o relator não ter relevado o facto de Portugal não ter saído do procedimento de défice excessivo em 2016, apesar de ter cumpridos todos os critérios exigidos e sugeriu a introdução no parecer do valor de dívida pago em 2016. Concluiu, reiterando que o parecer era aparentemente neutro e demasiado estatístico, que isso tinha uma leitura política possível, razão pela qual o BE votaria contra.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) cumprimentou o relator e considerou que o parecer era factual, objetivo e sistemático. Afirmou que se podia fazer uma discussão política tendo como base o relatório e que o PS estaria sempre disponível para tal, tendo acrescentado que acreditava que a própria UE não aguentaria muito mais tempo sem uma discussão política e não meramente factual das suas orientações.

Finalmente, o relator afirmou que a análise que se tinha pretendido fazer tinha sido mesmo uma análise factual e precisa. Poderia ter feito um comentário político, mas optou por não o fazer, achou mais importante evidenciar os números, que podem depois dar origem a interpretações diferentes. Informou ainda que não aceitava a sugestão feita pelo Deputado Heitor de Sousa, por considerar que esse dado nada acrescentava em relação aos dados e quadro apresentados.

Submetido o parecer a votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e votos contra do BE e do PCP.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 102/XIII/ 2.^a SL

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 741/XIII/2.^a (PSD) – Recomenda ao Governo que reponha acessos aos nós de Entradas Norte e Sul

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD), que apresentou o Projeto de Resolução n.º 741/XIII/2.^a, afirmando que o tema não era novo mas fazia todo o sentido voltar a discuti-lo. Referiu que em novembro de 2016 a subconcessionária SPER encerrou os nós de Entradas, que davam acesso à propriedades limítrofes da freguesia, sem que tivesse acautelado vias alternativas, o que causou grande impacto na atividade agrícola e turística da zona. Referiu ainda que o tema se tinha tornado mais pertinente depois das afirmações do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas na audição da CEIOP da semana anterior. Em conclusão, referiu que a Infraestruturas de Portugal não tem tido um comportamento muito correto com a junta de freguesia e com o município e referiu os termos resolutivos.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro do Carmo (PS) e João Ramos (PCP).

O Senhor Deputado Pedro do Carmo (PS), para reiterar que a questão não era nova, e considerar que o PSD não tinha legitimidade para falar nos acesso ao IP2, tendo em conta que durante os quatro anos de governo PSD todas as obras no IP2 estiveram paradas, com graves consequências para a segurança. Afirmou que a solução não é a melhor e a Infraestruturas de Portugal não ter articulado a questão da melhor forma e defendeu que o Governo devia resolver a situação com a Infraestruturas de Portugal e a subconcessionária, para que as pessoas tenham acesso às vias de comunicação necessárias para chegarem às suas propriedades.

Por sua vez, o Senhor Deputado João Ramos (PCP) referiu que a questão era importante e estruturante para o distrito de Beja, e que as soluções encontradas pelos anteriores governos em relação ao IP2, tanto de fazer a subconcessão como os termos da renegociação da subconcessão, tinham sido más, com consequências para os proprietários agrícolas da região, que não têm outra forma de aceder às suas



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 102/XIII/ 2.^a SL

propriedades que não seja a de circularem pelo IP2, onde não lhes é permitido circular com as máquinas agrícolas ou a pé. Considerou também fundamental que a Infraestruturas de Portugal garanta os direitos daqueles cidadãos à mobilidade. Concluiu, afirmando que a recomendação que o PSD agora propõe já foi aprovada pela Assembleia da República em março passado, com os votos favoráveis do PSD, na sequência de um projeto de resolução do PCP.

Para encerrar a discussão, usou da palavra a Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD), para saudar a intervenção do Deputado João Ramos e criticar a do Deputado Pedro do Carmo, referindo a existência, aquando da campanha eleitoral para a Assembleia da República, de cartazes do PS sobre a situação do IP2 e o facto de, até ao momento, 18 meses passados, a situação não estar resolvida.

Terminada a discussão do projeto de resolução, usaram ainda da palavra os Senhores Deputados Luís Moreira Testa (PS), para, em interpelação à mesa, se insurgir contra uma expressão usada pela Deputada Nilza de Sena; António Costa Silva (PSD), para resposta a esta intervenção; Fernando de Jesus (PS), para lembrar as afirmações do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas; e Nilza de Sena (PSD), para lembrar que esteve presente na audição do Ministro na semana anterior.

**5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 399/XIII/1.^a (PSD)
– Recomenda ao Governo que adote medidas que assegurem a paragem de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármorez (Estremoz, Borba e Vila Viçosa)**

Este ponto da ordem do dia foi adiado, por consenso.

**6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 685/XIII/2.^a (BE) –
Recomenda ao Governo que interceda pela reposição da paragem dos comboios em S. Marcos da Serra**

O Grupo Parlamentar do PS solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 102/XIII/ 2.^a SL

7. Apreciação e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 319/XIII/2.^a (BE) – Altera o Código da Estrada considerando como contraordenação grave a paragem e estacionamento em lugar reservado a veículos de pessoas com deficiência (alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio)

Não tendo havido propostas de alteração apresentadas, e tendo todos os grupos parlamentares dado concordância, o Senhor Presidente submeteu todo o projeto de lei a votação na especialidade, tendo os três artigos que o constituem sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

8. Apreciação e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 320/XIII/2.^a (BE) – Estabelece a obrigatoriedade de que as entidades públicas que dispõem de estacionamento para utentes assegurem estacionamento gratuito para pessoas com deficiência (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro)

Não tendo havido propostas de alteração apresentadas, e tendo todos os grupos parlamentares dado concordância, o Senhor Presidente submeteu todo o projeto de lei a votação na especialidade, tendo os três artigos que o constituem sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

9. Fixação de redações finais relativas aos seguintes projetos de resolução:

– n.º 719/XIII/2.^a (BE) – Recomenda ao Governo que interceda junto das autoridades espanholas para a reabertura urgente da estrada HU - 6400 no troço após a Ponte Internacional do Baixo Guadiana, no Pomarão, Mértola e 818/XIII/2.^a (PCP) – Recomenda ao Governo o acompanhamento do processo de reposição urgente da circulação na estrada de acesso a El Granado (Província de Huelva - Espanha), que faz a ligação a Portugal através da ponte sobre o Rio Chança junto à localidade de Pomarão, no Concelho de Mértola

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 102/XIII/ 2.^a SL

– n.º 585/XIII/2.^a (BE) – Recomenda ao Governo a urgente requalificação da Fortaleza de Santa Catarina, Praia da Rocha

– n.º 542/XIII/2.^a (BE) – Preservação da memória e história do Forte de Peniche, 785/XIII/2.^a (PS) – Recomenda ao Governo a preservação, conservação e dignificação da Fortaleza de Peniche, e 790/XIII/2.^a (PCP) – Recuperação, requalificação e valorização do Forte de Peniche

– n.º 428/XIII/2.^a (PCP) – Recomenda ao Governo a assunção de compromissos quanto à calendarização da construção e qualificação da rede viária do distrito de Beja, em função das necessidades das populações e dos agentes económicos da região

A redação final dos Projetos de Resolução n.º 719/XIII/2.^a e 818/XIII/2.^a foi fixada sem votos contra, tendo a Comissão adotado o texto de fusão proposto, com as alterações assinaladas no mesmo.

A redação final do Projeto de Resolução n.º 585/XIII/2.^a foi fixada sem votos contra.

A redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 542/XIII/2.^a, 785/XIII/2.^a e 790/XIII/2.^a foi adiada para a reunião ordinária seguinte.

A redação final do Projeto de Resolução n.º 482/XIII/2.^a foi fixada sem votos contra.

O Senhor Presidente informou ainda que tinha chegado à Comissão a redação final do Projeto de Resolução n.º 510/XIII/2.^a e que, se houvesse consenso, poderia ser fixada. Não tendo havido oposição, a redação final foi fixada sem votos contra.

10. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que tinham dado entrada no dia anterior dois requerimentos, subscritos pelo PSD e pelo PCP. O requerimento do PSD propunha a audição da ANA, Aeroportos, S.A., sobre a situação vivida no aeroporto de Lisboa devido a uma avaria no sistema de abastecimento de combustível das aeronaves e o do PCP propunha a solicitação à ANAC do relatório sobre esta situação e que a



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 102/XIII/ 2.^a SL

matéria fosse incluída na próxima audição da ANAC, já agendada para o dia 23 de maio, às 10 horas.

Não se tendo verificado oposição à sua apreciação neste ponto da ordem do dia, usou da palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), para expressar concordância com os requerimentos e solicitar que, estando já agendada a audição da ANAC, a audição da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., fosse agendada tão próxima desta quanto possível.

Submetidos os requerimentos a votação, foram ambos aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

A reunião foi encerrada às 11:35 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de maio de 2017.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 102/XIII/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
Bruno Dias
Carlos Pereira
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Ricardo Bexiga
António Cardoso
Carla Barros
Carlos Silva
João Ramos
João Vasconcelos
Nilza de Sena
Pedro do Carmo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Eusébio
Heloísa Apolónia
Luís Campos Ferreira
Paulino Ascensão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Hortense Martins
Pedro Mota Soares